

HOMENAGEM

Memorial vai transformar local da Kiss em espaço para as famílias



GABRIEL MARGONAR/ESPECIAL/CIDADES

Prazo contratual previa que a inauguração ocorresse no dia 29 de setembro, mas prefeitura não deu novo prazo para fim da obra

Gabriel Margonar, de Santa Maria
Especial para o Jornal Cidades

O endereço da rua dos Andradas, que por mais de uma década permaneceu associado à maior tragédia de Santa Maria, está assumindo uma nova função. No terreno onde funcionava a Boate Kiss, está em construção o Memorial às Vítimas da tragédia, espaço pensado não apenas para preservar a memória das 242 pessoas que morreram no incêndio de 27 de janeiro de 2013, mas também para transformar o que aconteceu naquela madrugada em instrumento de educação e prevenção.

A proposta ganha importância à medida que surge uma geração que era criança ou sequer havia nascido quando ocorreu a tragédia. Presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM), Flávio Silva diz que impedir que a Kiss seja esquecida se tornou uma das preocupações dos familiares.

“A gente pensa muito nisso. E o memorial é uma das coisas que acreditamos que irá manter essa chama acesa para que a tragédia não caia no esquecimento”, afirma. Além de apresentar as histórias das vítimas, o espaço deverá explicar o que ocorreu dentro da boate e os fatores que contribuíram para o incêndio.

“Não teremos nossos filhos de volta fisicamente, mas fazemos essas ações porque queremos impedir que novas famílias e novos jovens passem pelo que eles passaram e pelo que nós continuamos passando até hoje”, completa.

A transformação do terreno também tem um significado particular para as famílias. Silva relata que há mães que até hoje evitam passar pela quadra onde

funcionava a Kiss. Ele próprio entrou diversas vezes no antigo prédio depois da tragédia para tentar compreender se as vítimas tiveram alguma possibilidade de escapar. Recorda obstáculos no caminho até a saída e problemas relacionados aos equipamentos de prevenção. “Aquilo mostra que não havia a preocupação mínima que deveria existir com a segurança contra incêndio”, diz.

É justamente a segurança que acabou interferindo também na construção do Memorial. A previsão de um auditório para cerca de 130 pessoas alterou a classificação de risco do projeto e tornou necessária uma segunda saída de

O Memorial homenageará
todas as

242
pessoas

que morreram no incêndio.

emergência.

Como o terreno é cercado por outras edificações, a solução encontrada foi construir um corredor enclausurado, que partirá dos fundos, passará pela parte inferior do prédio e chegará à calçada da rua dos Andradas. A mudança acrescentou mais de R\$ 1 milhão ao projeto.

Para Silva, a adequação carrega um significado que vai além da própria obra. “Se fizessemos isso, estaríamos reproduzindo exatamente a lógica que criticamos: deixar a segurança para depois. Não podemos construir um memorial dedicado à prevenção cometendo erros na própria segurança da edificação”, afirmou

O Memorial também deverá funcionar como espaço educativo. A AVTSM trabalha com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na elaboração do projeto “Educar para Prevenir”, que pretende levar a temática da prevenção às escolas desde os primeiros anos do Ensino Fundamental.

A intenção é desenvolver materiais para crianças, atividades em conjunto com os Bombeiros e, futuramente, utilizar o próprio Memorial para receber estudantes. A associação também projeta a realização de seminários sobre segurança no local.

A inauguração, porém, ainda levará tempo. O prazo contratual vigente previa a entrega em 29 de setembro, mas a prefeitura de Santa Maria confirma que a data não será cumprida e ainda não estabelece uma nova previsão. A reportagem questionou a prefeitura sobre o investimento total previsto no Memorial, mas não obteve retorno.

Segundo Jeferson Nunes, superintendente de Desenvolvimento Econômico do município e gestor do contrato, os trabalhos estão atualmente concentrados na conclusão da estrutura de concreto. Depois disso, ainda serão executadas paredes, pisos, acessos, cobertura e acabamentos. Nos últimos meses, o canteiro recebeu serviços de demolição de estruturas que precisaram ser adequadas, escavações, fundações e montagem de armaduras.

Flávio Silva, por sua vez, estima que a conclusão possa ocorrer entre março e maio de 2027, ou até mais tarde. Para os familiares, entretanto, a prioridade é que a obra não avance atropelando justamente os princípios que pretende preservar.

Vinte e oito pais e mães de vítimas da Kiss faleceram sem ver o fim do processo

GABRIEL MARGONAR/ESPECIAL/JC



Flávio é presidente da Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes

Enquanto o Memorial às Vítimas da Kiss começa a ocupar o terreno onde funcionava a boate, outra parte da história permanece sem um ponto final. Ao longo dos 13 anos desde o incêndio, 28 pais e mães de vítimas e três sobreviventes morreram, segundo a Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM).

Para o presidente da entidade, Flávio Silva, são pessoas que partiram sem acompanhar o encerramento de uma disputa judicial que atravessou praticamente todo o período. “Tenho uma preocupação muito grande com quantos pais ainda vão morrer sem ter o direito de presenciar o encerramento definitivo desse processo”, afirma Silva. Para ele, a sucessão de julgamentos e recursos impediu que muitos familiares encontrassem o desfecho que esperavam. “Nós praticamente não tivemos tempo. Sepultamos nossos filhos e imediatamente tivemos que partir para a luta, cobrar responsabilização.”

A dimensão dessa discussão começa ainda em 2013. A Polícia Civil indiciou diretamente 16 pessoas após o incêndio e apontou responsabilidades de 28 nomes em diferentes esferas. O Ministério Público denunciou oito pessoas à Justiça comum. No processo pelos homicídios, porém, quatro chegaram ao Tribunal do Júri: os então sócios da Kiss Elissandro Spohr e Mauro Hoffmann e os integrantes da banda Gurizada Fandangueira Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Bonilha Leão.

Os quatro foram condenados em 2021, com penas entre 18 e 22 anos e seis meses de prisão. O júri foi anulado pelo Tribunal de Justiça em 2022, decisão posteriormente mantida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas as condenações foram restabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2024 e mantidas pela Segunda Turma da Corte em 2025.

Mesmo assim, o capítulo judicial ainda não terminou. Em agosto de 2025, ao analisar recursos que ficaram pendentes, o TJRS manteve as condenações, mas reduziu as penas: Spohr e Hoffmann ficaram com 12 anos cada, enquanto Marcelo e Luciano tiveram as penas fixadas em 11 anos.

Atualmente, nenhum dos quatro está em regime fechado. O Ministério Público recorreu ao STJ para tentar restabelecer as penas originais do júri, e o julgamento está marcado para 15 de setembro.

A responsabilização também alcançou agentes públicos, embora com punições bem menores do que as aplicadas aos quatro réus do júri. Oito bombeiros chegaram a ser denunciados na Justiça Militar por irregularidades relacionadas à fiscalização e aos alvarás da Kiss. Em primeira instância, dois foram condenados e seis absolvidos. O processo passou por sucessivos recursos - em uma das etapas, o Tribunal de Justiça Militar chegou a condenar três oficiais e a elevar penas -, mas o quadro posterior ficou com dois bombeiros condenados, a penas de um ano e de um ano e três meses de reclusão.

Uma advogada de 63 anos, moradora de Porto Alegre, que perdeu um familiar na Kiss e aceitou conversar com o Jornal Cidades sob a condição de anonimato, por preferir preservar a intimidade ao tratar da tragédia, apoiou a construção do Memorial, mas encontrou no afastamento desse tipo de organização sua maneira de conviver com a perda.

“Eu sempre apoiiei o Memorial porque acho importante que exista um lugar que preserve a memória deles e ajude a impedir que isso aconteça novamente. Mas, para mim, pessoalmente, a forma que encontrei de seguir em frente foi me afastando. Acho que cada família acaba encontrando o seu jeito.” Por isso, ela não integra a AVTSM.

Mas, para aqueles que continuam na associação, a busca extrapolou o Judiciário brasileiro. Uma petição apresentada em 2017 foi admitida em 2024 pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que passou a analisar o mérito de alegações envolvendo possíveis falhas de fiscalização, investigação, punição e reparação. A decisão pode ser divulgada a qualquer momento e a expectativa da AVTSM é de que o processo resulte na condenação do Estado